

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.543.698 - RS (2019/0207240-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : POSTO BOTOQUEIRO LTDA
ADVOGADOS : ANDRÉIA APARECIDA MENIN - RS086564
FLAVIO RONCATO E OUTRO(S) - RS075589
SOC. de ADV. : RONCATO ADVOCACIA E CONSULTORIA
AGRAVADO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : VERA LUCIA BICCA ANDUJAR E OUTRO(S) - RS016912

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. AUSÊNCIA DE EXAURIMENTO DA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DA SÚMULA 281/STF. AGRADO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. É cediço que compete ao Superior Tribunal de Justiça, nos termos do art. 105, III, da Constituição Federal, julgar, em recurso especial, as causas decididas em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça. Nesse contexto, não cabe recurso especial interposto contra decisão monocrática, na medida em que um dos pressupostos para sua admissibilidade é o exaurimento das instâncias ordinárias.

2. Na espécie, caberia ao agravante exaurir a instância ordinária, com a interposição de agravo interno contra a decisão monocrática do relator, a fim de esgotar as vias recursais e, assim, viabilizar o processamento do apelo especial. Incidência, por analogia, da Súmula 281 do STF. Precedentes.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti, Marco Buzzi (Presidente) e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator. Impedido o Sr. Ministro Antonio Carlos Ferreira.

Brasília, 07 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator